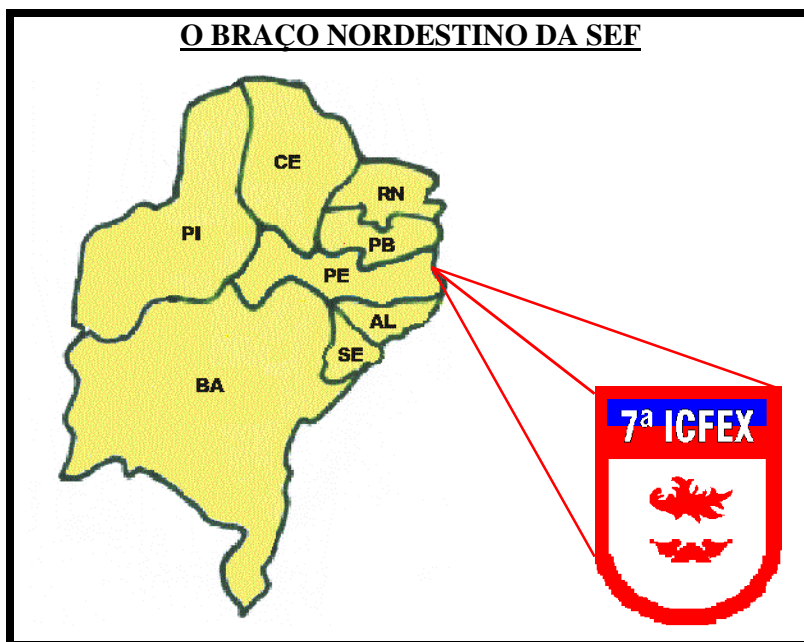




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**COLETÂNEA DOS ANEXOS AO BOLETIM INFORMATIVO Nº 02
(29 DE FEVEREIRO DE 2008)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



7ª ICFE _x	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 02, de 29 de fevereiro de 2008</i>	Pág 1	
----------------------	---	-------	--

ÍNDICE

ANEXOS	A S S U N T O S	PÁGINA
“A”	- Diferença da gratificação de localidade especial	2
“B”	- CADBEN FUSE _x	5
“C”	Prazo para Guarda e Conservação de Documentos de Prestação e Tomada de Contas	8

ANEXO “A”

DIFERENÇA DA GRATIFICAÇÃO DE LOCALIDADE ESPECIAL

Sobre o assunto em epígrafe, esta Inspetoria encaminhou consulta à SEF, conforme ofício abaixo transcrito:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg/7ª RM-1934)

Of. nº 050 – S1

Recife - PE, 06 de novembro de 2007.

Do Chefe da 7ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército.

Ao Sr Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: gratificação de localidade especial.

Ref: a. Of Nº 114-Asse Jur, de 15 Out 07, do Ch EM CMNE, e seus apensos;
b. Of Nº 201-Asse Jur–06 (A1/SEF), de 16 Out 06;
c. Portaria Normativa Nº 13-MD, de 15 Out 06 e
d. Portaria Normativa Nº 66-MD, de 19 Jan 07.

Anexo: Of Nº 114-Asse Jur, de 15 Out 07, do Ch EM CMNE, e seus apensos;

1. Versa o presente expediente sobre resposta de consulta sobre pagamento de gratificação de localidade especial.

2. Informo a V Ex^a que esta Setorial de Controle Interno recebeu o documento constante do anexo, remetido pelo Exmo Sr Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste (CMNE), solicitando entendimento sobre o assunto em tela, haja visto ter aquele Cmdo sido questionado pelo 1º Grupamento de Engenharia, por intermédio do Of Nº 047-Asse Jur, de 30 Ago 07, em apenso ao documento anexo, com o seguinte questionamento: “*os militares que participam de missão temporárias em municípios que não se encontram relacionados na tabela III do anexo II, mas que estão situadas no perímetro territorial definido como categoria B, fazem jus à gratificação de localidade especial pelos dias que ali cumpriram missão?*”. Para esta consulta, o Grupamento se amparou na Portaria Normativa Nº 66/MO, de 19 Jan 07, que sucedeu a alterou a Portaria Normativa Nº 13/MO, de 05/Jan/06.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 02, de 29 de fevereiro de 2008</i>	Pág 3	
----------	---	-------	--

3. Destarte, segundo Parecer Nº 025/07-Asse Jur/CMNE, de 03 Out 07, também em apenso ao ofício anexo, os militares que se enquadram na situação especificada acima fazem jus ao referido direito, mas que deverá ser auferido calculando proporcionalmente aos dias em que o militar for empregado em situações dessa natureza.

4. Não obstante, este entendimento é também corroborado pelo parecer contido no Of Nº 201-Asse Jur–06 (A1/SEF), de 16 Out 06, dessa Secretaria, que tem como escopo a Portaria Normativa Nº 13-MD, de 15 Out 06, que é **tácita** ao definir em seu § 3º do art 1º - “*Fará jus ao pagamento da Gratificação de Localidade Especial o militar em comissão, operação, exercício ou destaque no período compreendido entre a data de sua apresentação e a de partida da localidade considerada como especial.*”

5. Diante do exposto, esta ICFEx entende que os procedimentos que as UG deverão adotar para o pagamento da referida gratificação, quando possuírem militares enquadrados nas situações previstas na legislação específica, será, salvo melhor juízo, calcular o valor proporcional da Gratificação de Localidade Especial, se baseando no número de dias que o militar ficou envolvido nas operações nessas localidades, e para isso, se utilizando das fórmulas infracitadas, conforme os percentuais previstos para cada categoria:

a. **Categoria “A”:** $\frac{20\% \text{ soldo } X}{30}$ dias (em operação, exercício ou comissão)

b. **Categoria “B”:** $\frac{10\% \text{ soldo } X}{30}$ dias (em operação, exercício ou comissão)

6. Pois bem, para efeito dos Cálculos proporcionais, esta Inspetoria não encontrou, na área do CPEx, qualquer Instrução que oriente as UG como pagar o direito ora em discussão.

7. Desta forma, remeto a V Exª a presente consulta, solicitando a possibilidade de mandar orientar esta Inspetoria.

ALEXANDRE FONSECA DE MELO – Ten Cel Int
Rsp p/ Chefia da 7ª ICFEx

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 02, de 29 de fevereiro de 2008</i>	Pág 4	
----------	---	-------	--

Em resposta a referida consulta, a SEF encaminhou a esta Inspeção, o Of Nº 001–S1/CPEX/SEF, de 07/Jan/08, abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
CENTRO DE PAGAMENTO DO EXÉRCITO
(CPEX – 1982)**

Of Nr 001–S1/CPEX/SEF

Brasília-DF, 07 de janeiro de 2007.

Do Chefe do Centro de Pagamento do Exército

Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: diferença da gratificação de localidade especial

Referência: Of nº 050-S/1, de 06 Nov 07, da 7ª ICFEx

1. Versa o presente expediente sobre pagamento da diferença de localidade especial.
2. Diante do exposto no documento da referência, informo a essa Setorial Contábil o seguinte:
 - a. inicialmente, faz-se necessário relembrar que a legislação em vigor para o amparo da percepção da gratificação de localidade especial é a Portaria Normativa nº 13-MD, de 05 Jan 06, ressalvadas as tabelas I, II E III do anexo II e o anexo III que foram alterados, a contar de 1º de fevereiro de 2007, pela Portaria Normativa nº 66, de 19 de janeiro de 2007;
 - b. em relação ao questionamento levantado pelo 1º Grupamento de Engenharia ao CMNE, conforme Of Nº 047-Asse Jur, 30 Ago 07, ressalta-se que “os militares que participam de missão temporárias em municípios que não se encontram relacionados na tabela III do anexo II, mas que estão situados no perímetro territorial definido como categoria “B”, fazem jus à gratificação de localidade especial pelos dias que ali cumpriram missão” desde que satisfaçam os parágrafos 3º e 4º do Art 1º, além do Art 4º e seu parágrafo único, tudo da Portaria Normativa nº 13/Md;
 - c. as fórmulas citadas no documento da referência, para o cálculo da rubrica A63, diferença da gratificação de localidade especial, estão corretas.
3. Assim sendo, a denominação utilizada para o saque da gratificação ora em pauta é diferença da gratificação de localidade especial e deverá ser solicitada pela unidade de vinculação do militar via FAP Digital por intermédio do código A63 com valor, ou A63 p10 para localidade especial categoria B e A63 p20 para a localidade especial categoria A.

Gen Div LEANDRO SOUZA DE ALCANTARA
Chefe do Centro de Pagamento do Exército

OSÓRIO 200 ANOS
“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

Em consequência as UG tomem conhecimento e as providências decorrentes.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 02, de 29 de fevereiro de 2008</i>	Pág 5	
----------	---	-------	--

ANEXO “B”

CADBEN FUSEx

Esta Secretaria recebeu através da MSG Fax Nº 0876-FUSEx/11.1- Circular, de 19 Dez 07, do Chefe do Estado-Maior da 11ª RM, o ofício abaixo transcrito:

“Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Departamento-Geral do Pessoal, Diretoria de Assistência ao Pessoal” (Comissão Especial do Serviço Social do Exército)

Of Nº 1373 - FUSEx.CADBEN - CIRCULAR

Brasília, 05 de dezembro de 2007.

Do Subdiretor de Assistência ao Pessoal

Ao Sr Chefe do Estado Maior da 1ª, 2ª, 3ª, 6ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Região Militar, 5ª, 7ª e 8ª Região Militar e Divisão de Exército.

Assunto: CADBEN FUSEx

Ref: inciso VI do Artº 5º das IG 30-32.

1. Versa sobre o presente expediente sobre situação de menor sob guarda de beneficiário titular do Fundo de saúde do Exército (FUSEx).

2. Tendo em vista a relevância do assunto, incumbiu-me o Sr Diretor de Assistência ao Pessoal de informar a V Sa, após consulta a Assessoria Jurídica do Departamento Geral do Pessoal e análise do assunto, o seguinte entendimento desta Diretoria, a fim de dirimir possíveis dúvidas e subsidiar o processo decisório nesse Grande Comando, haja vista que militares têm procurado a justiça requerendo a guarda de menores, com a finalidade de incluí-los como dependentes econômicos e beneficiários do FUSEx, constando, nos termos de guarda, amparo nos Prf 1º e 2º do Artº 33 da Lei Nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), mas sem qualquer referência a processo de tutela ou adoção, o que, contraria a regulamentação do fundo:

a. a assistência médico-hospitalar para os militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e seus respectivos dependentes, deve ser realizada em conformidade com as disposições do Decreto Nr 92.512, de 02 de abril de 1986, e nas regulamentações específicas das Forças Singulares;

b. o inciso V, do Art 3º, do Decreto Nº 92.512, estabelece que os beneficiários da assistência médico-hospitalar são os militares da ativa ou na inatividade, bem como seus respectivos dependentes definidos no Estatuto dos Militares; (grifo nosso)

c. o inciso VI, também do artigo 3º, do Decreto Nº 92.512, estabelece que os beneficiários dos Fundos de Saúde de cada Força Armada são os beneficiários da Assistência médico-hospitalar contribuintes de cada fundo, bem como seus dependentes que, a critério de cada Força, sejam enquadrados na regulamentação específica;

d. com base no artigo 46, do Decreto Nº 92.512, o Comandante do Exército aprovou as Instruções Gerais do Sistema de Prestação de Assistência Médico-Hospitalares aos Militares do Exército, seus Dependentes e Pensionistas dos Militares (IG 30-16), por intermédio da Port Min nº 878, de 28 de novembro de 2006, que revogou a Port Min Nº 858, de 22 de outubro de 1997 (IG 70-02), regulamentando a assistência médica no âmbito da Força; (grifo nosso)

e. o artigo 15 do Decreto Nº 92.512, delega ao Comandante do Exército a regulamentação do Fundo de Saúde do Exército;

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 02, de 29 de fevereiro de 2008</i>	Pág 6	
----------	---	-------	--

f. objetivando regulamentar o prescrito no artigo 15 do Decreto Nº 92.512, o Comandante do Exército aprovou as instruções Gerais para o Fundo de saúde do Exército (IG 30-32), por intermédio da Port Min Nr 653, de 30 de agosto de 2005;

g. a Lei 6.880, de 09 Dez 80 - Estatuto dos Militares (E/1) estabelece:

“Artº 50 São direitos dos militares:

(...)

Prf 3º São, ainda, considerados dependentes do militar, desde que vivam sob sua dependência econômica, sob o mesmo teto, e quando expressamente declarados na organização militar competente:

(...)

j) o menor que esteja sob sua guarda, sustento e responsabilidade, mediante autorização judicial.”

h. consta na Portaria Cmt Ex Nr 653, de 30 Ago 05, que aprovou as Instruções Gerais para o Fundo de Saúde do Exército (IG 30-32) o seguinte:

“Artº 5º São considerados beneficiários diretos do FUSEx, os seguintes dependentes dos beneficiários titulares listados no art 4º:

(...)

VI - menor que, por determinação judicial, esteja sob a guarda de militar, em processo de tutela ou adoção, nas seguintes condições:

a) enquanto não constituir união estável;

b) enquanto viver sob dependência econômica de militar ou pensionista;

c) até que cesse a guarda ou a tutela; ou

d) até que seja emancipado ou atinja a maioridade.”

i. note-se que a guarda tem tratamento legal diferenciado, conforme seja analisada no prisma da dependência estatutária ou daquela regulada no FUSEx;

j. o universo de abrangência é maior no Estatuto, pois exige apenas que o menor esteja sob a guarda, sustento e responsabilidade do militar, mediante autorização judicial;

k. todavia, o FUSEx restringe esse universo, pois não basta a guarda, mas, também, que tenha sido obtida em processo de tutela ou adoção. Preenchidos tanto os requisitos do Estatuto e os do Fundo, ou somente os do FUSEx, a inclusão neste Fundo será permitida, mas, se satisfeitas apenas as imposições estatutárias, a inclusão estará resumida ao SAMMED;

l. ocorre que, os beneficiários dependentes do FUSEx, conforme estabelecidos no Decreto Nº 92.512/86, obedecem a regramento específico e diferente daqueles previstos no E/1, estando amparados, atualmente, pelas IG 3032;

m. convém observar ainda, que, o Estatuto dos Militares, por sua vez, estabelece critérios e requisitos específicos, a fim de consignar o rol de possíveis dependentes econômicos de qualquer militar;

n. acrescenta-se, contudo, que caracterizada a dependência econômica para fins do Estatuto dos Militares, esta enseja a condição de dependente beneficiário para fins do SAMMED, sistema bem diferente do FUSEx, aspecto que necessita ser enfatizado, pois muitos equívocos ocorrem nesse campo; (grifo nosso)

o. assim, de acordo com o que está contido no Art 50 do E/1, o menor sob guarda, bem como todas os listados nos Prf 2º e 3º daquele artigo, poderão ser dependentes econômicos do militar ou pensionista, com o direito à assistência médica, prevista no Decreto Nº 92.512/86, que foi regulamentada pela Port Cmt Ex Nº 878, de 28 Nov 06, Instruções Gerais para o Sistema de Assistência Médico-Hospitalar aos Militares do Exército, Pensionistas Militares e seus Dependentes - SAMMED (IG30-16):

p. por fim, nos casos em que pese estar presente o requisito genérico previsto no Estatuto (estar sob guarda, sustento e responsabilidade mediante autorização judicial), não estando presente o requisito específico autorizador da dependência para fins de inclusão como beneficiário no FUSEx (menor que, por determinação judicial, esteja sob guarda de militar em processo de tutela ou adoção), dependente econômico não deve ser incluído no Fundo.

3. Em face de tudo o que acima está exposto, incumbiu-me de informar a V. Sa ainda, que os militares que pretendam incluir menores como beneficiários dependentes no FUSEx, inexistindo processo de tutela ou adoção, estão agindo contrariamente à legislação normativa do referido Fundo, ao equiparar o universo de dependentes para fins de Estatuto com o universo de beneficiários dependentes do FUSEx, os quais não se igualam devido a diversidade de critérios de admissão.

7ª ICFE _x	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 02, de 29 de fevereiro de 2008</i>	<i>Pág 7</i>	
----------------------	---	--------------	--

4. Por fim, incumbiu-me de solicitar a V Sa, ainda, que o teor deste documento seja amplamente difundido às Unidades de Vinculação (UV) da área desse Grande Comando Administrativo. João Artur Santos - Cel – Subdiretor de Assistência ao Pessoal”.

(Transcrito do BI Nº028, de 12 Fev 08, da SEF)

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 02, de 29 de fevereiro de 2008</i>	Pág 8	
----------	---	-------	--

ANEXO “C”

PRAZO PARA GUARDA E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

Sobre o assunto em epígrafe, esta Inspeção transcreve o Acórdão Nr 78/2008 - TCU - Plenário, abaixo transcrito:

Acórdão Nr 78/2008 - TCU - Plenário

1. Processo TC Nr 030-139/2007-9
2. Grupo I - Classe III - Consulta
3. Interessado: Sebastião Eurípedes Rodrigues - Secretário de Controle Interno
4. Órgão: Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 3ª Secex
8. Advogado constituído nos autos: não consta
9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pelo Secretário de Controle Interno do Ministério da Defesa, segundo o qual existe uma aparente contrariedade entre as Instruções Normativas do TCU Nr 49/2005 e Nr 47/2004, o Decreto 93.872/1986 e a Instrução Normativa STN Nr 5/1996, especificamente no que concerne ao prazo de conservação de documentos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Seção do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. não conhecer da consulta em tela nos termos do Art. 265 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
 - 9.2. Informar ao Sr. Sebastião Eurípedes Rodrigues, Secretário de Controle Interno do Ministério da Defesa, que:
 - 9.2.1. as Instruções Normativas do TCU Nr 49/2005 e Nr 47/2004, o Decreto 93.872/1986 e a Instrução Normativa STN Nr 5/1996 regulam situações diversas, uma vez que a primeira norma dispõe sobre as fiscalizações realizadas por este Tribunal enquanto as demais normas abordam a prestação e tomada de contas. Assim sendo, esses normativos possuem um caráter complementar, não contraditório;
 - 9.2.2. o prazo para guarda e conservação de documentos que tiverem sido analisados pelo Tribunal de Contas da União para fins de julgamento de contas anuais é de cinco anos, contados da data da decisão definitiva sobre essas contas proferidas pelo TCU. Até porque esse é o prazo estabelecido para interposição de eventual recurso de revisão no âmbito da Corte de Contas;
 - 9.2.3. documentos que não tiverem sido analisados pelo TCU, por exemplo, aqueles que se referirem a receitas percebidas ou despesas efetuadas por quem não presta contas ordinárias ao Tribunal, deverão ser guardados por dez anos, contados da data de recebimento ou aplicação dos recursos, respectivamente.
 10. Ata Nr 2/2008 - Plenário
 11. Data da Sessão: 30/1/2008 - Ordinária
 12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0078-02/08-P
 13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (na Presidência), Valmir Campelo, Guilherme Palmeira, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
 - 13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa.
- Em consequência:
- a. as OMDS, as Assessorias e o Gab/SEF tomem conhecimento e providências decorrentes;
 - b. as OMDS façam publicar na íntegra em seus boletins internos; e
 - c. as ICFEx façam publicar, também na íntegra, em seus boletins informativos de fevereiro de 2008.

(Transcrito do BI Nº 033-SEF, de 19 Fev 08)